



GT 009. Antropologia da Criança: conjugando direitos e protagonismo social

Fernanda Cruz Rifiotis (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - Coordenador/a, Clarice Cohn (UFESCar) - Coordenador/a, Emilene Leite de Sousa (UFMA) - Debatedor/a, Antonella Maria Imperatriz Tassinari (Universidade Federal de Santa Catarina) - Debatedor/a

O objetivo do GT é reunir trabalhos que tenham como foco os modos pelos quais as crianças se constroem enquanto sujeitos, a fim de mapear e problematizar os desafios teóricos e metodológicos no campo da Antropologia da Criança. Como forma de dar continuidade aos GTs realizados em outras RBAs, interessa-nos trazer para o primeiro plano das reflexões, o potencial das crianças para revelarem o que nem sempre é objeto de atenção em estudos focados exclusivamente nos adultos. Gostaríamos de receber trabalhos sobre infâncias diferenciadas (crianças urbanas, camponesas, quilombolas, indígenas, de populações tradicionais, em situação de institucionalização, entre outras) que suscitem questões de gênero, raça e direitos específicos. Considerando o tema da 31ª RBA, destacamos a importância de pensar sobre os direitos e a proteção desses sujeitos, assim como também sobre os sujeitos desses direitos e seu protagonismo social. A proposta do GT é congrega pesquisas etnográficas recentes que suscitem discussões teóricas, metodológicas e éticas em diferentes contextos nacionais e internacionais abrangendo: estudos que pensem as experiências de construção das crianças enquanto sujeitos, que empreendam análises das tecnologias de governo voltadas às crianças, que exercitem reflexões metodológicas sobre a pesquisa com crianças e discutam as noções sociais de infância e que coloquem em perspectiva a questão da proteção e dos direitos desses sujeitos e seu protagonismo social.

Antropologia e Interculturalidade: Uma Interpretação da Educação Escolar de Crianças Indígenas inseridas em Escolas Não-Indígenas

Autoria: Clotildes Martins Morais, Clotildes Martins Morais Obonyo Guerra

O diálogo e o reconhecimento das diferenças é uma prática educativa emancipatória, é um ato de democratizar espaços, de reconhecer o direito do outro de ser diferente. Historicamente, vem sendo um desafio, concretizar o espaço escolar enquanto palco das diferenças, fundamentado no respeito e valorização da diversidade. As relações que se estabelecem entre os alunos de diferentes culturas, inseridos em um mesmo espaço educativo. Neste contexto, o presente work, tem como intento interpretar os desafios da interculturalidade no contexto escolar, em que estudam crianças indígenas e crianças não indígenas. A partir de uma perspectiva interculturalista, procurarei refletir sobre as práticas educacionais coexistentes nas relações sociais e pedagógicas estabelecidas no cotidiano escolar, tendo como protagonistas, alunos indígenas e não indígenas, cursando as séries iniciais, do ensino fundamental, no âmbito de uma Escola Pública Municipal da cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul. Apresentarei, alguns aspectos da Cultura, das famílias dos alunos indígenas, de diferentes etnias, que vivem em aldeias e áreas de retomadas, na Região da cidade de Dourados - MS.

[Trabalho completo](#)



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

